

# O COMPROMISSO

Acesse: [www.sindsepm.org.br](http://www.sindsepm.org.br)



## UNIÃO

**Funcionários da Ebserh iniciam processo de filiações**

Página 3

## NO CONGRESSO

**Mudança em benefícios será a principal batalha do governo**

Página 2

## IMPOSTO

**"Sindsprev-MT quer lesar servidores públicos federais"**

Página 3



## INÍCIO DOS TRABALHOS

# Que em 2015 os discursos dos novos ministros não fiquem só no papel

Alguns ministros mostraram intenção de promover avanços importantes para as categorias. Esperamos que os discursos reflitam em todos os ministérios

**I**nício de ano, mesmo governo, outro Ministério. Talvez seja o momento dos Servidores Públicos Federais sonharem um pouco com mudanças – mesmo que tímidas –, avanços e melhor diálogo com o governo Federal. Pelo menos é o que prometeu o novo ministro do Planejamento, Nelson Barbosa em discurso de posse realizado no início desse mês em Brasília. Valorização do servidor público foi destaque na sua fala como item primordial para a melhoria da gestão pública. Ele assegura manter o diálogo aberto com as categorias e amenizar as demandas dos servidores.

Promessa de discurso? Talvez. O que os servidores não podem mesmo é deixar esfriar o desejo de lutar pela melhoria dos direitos públicos. Modernização, qualidade na gestão pública e o aumento de transparência nas ações de governo estão entre as principais bandeiras do novo ministro. É o momento de guardar essas promessas e recordar os compromissos feitos pela presidente Dilma Rousseff durante campanha eleitoral e cobrar, com poder, sem pudor, nas mobilizações que vão fazer parte da luta da categoria em 2015.

Disposição para o diálogo com a categoria parece que não irá faltar, é o que acredita o secretário-geral da Condsef, Sérgio Ronaldo da Silva, de acordo com sua avaliação dos discursos iniciais dos

Mário Hashimoto



Sérgio Ronaldo, da Condsef: o que esperamos da nova equipe de Dilma é comprometimento

novos empossados. “O que esperamos da nova equipe de ministros eleita pela presidente Dilma Rousseff para este segundo mandato é comprometimento. Alguns ministros mostraram intenção de promover avanços importantes para as categorias e esperamos que os discursos venham refletir a prática em todos os ministérios, que não se tornem apenas palavras ditas, mas que sejam efetivamente conduzidas às mudanças e melhorias no setor público que todos anseiam”.

O novo ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, que substituiu Miriam

Belchior, em seu discurso de posse, deu destaque para a valorização do servidor público. Barbosa acrescentou que o diálogo está aberto para a busca do equilíbrio das demandas justas dos servidores com a capacidade financeira do governo.

“É preciso ter claro que as sinalizações positivas de diálogo não podem nos afastar da construção de nossa luta e mobilização em torno de nossas demandas centrais. Devemos continuar fazendo nosso dever de casa, promovendo assembleias nos locais de trabalho, organizando os servidores em torno das reivindicações

de nossa campanha salarial 2015”, acrescenta Sérgio Ronaldo.

Nesse mês de janeiro a Condsef participa de reunião do fórum de entidades onde deve consolidar um calendário de atividades para o lançamento da campanha salarial unificada. Deve ocorrer ainda uma reunião de Conselho Deliberativo de Entidades, onde será definido as diretrizes das mobilizações que devem ocorrer ao longo do primeiro semestre.

A pauta de reivindicações continua a mesma: busca por uma política salarial com correção das perdas inflacionárias; paridade entre ativos, aposentados e pensionistas; data base em 1º de maio; mudanças nas regras para aposentadoria dos últimos cinco anos da avaliação de desempenho e isonomia dos benefícios entre os Três Poderes.

O que se espera desse segundo mandato é uma maior abertura nas negociações e avanços reais, com o cumprimento de pendências e melhor atendimento de demandas do setor público. Para isso, é preciso que a categoria continue se organizando com assembleias gerais nos setores de base, fortalecimento das atividades e unificação das categorias nas mobilizações.

Se em 2014 os ânimos começaram a se acirrar, 2015 promete um embate ainda mais intenso da classe trabalhadora por um Brasil mais justo, democrático e igualitário.

## RICARDO BERZOINI

### “Debate para regulação da mídia será feito de forma democrática e transparente”

O novo ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, afirmou, na sexta-feira (2), que o governo federal irá discutir e planejar a regulação econômica da mídia. De acordo com o ministro, o debate sobre o tema será feito de forma democrática, sem “ansiedade”.

“Não pretendemos por enquanto nada porque estamos chegando e vamos planejar quais são os passos para o debate. O debate democrático é o mais importante”, explicou Berzoini.

De acordo com o novo ministro, a discussão sobre a regulação econômica

da mídia será feita com todos os setores interessados. Ele avalia ser importante abrir o diálogo de forma “fraterna” e “transparente” sobre o assunto.

“Vamos ouvir todas as propostas apresentadas. Se houver participação popular, tanto melhor. E se houver o envolvimento de todos nesse debate certamente produziremos algo que será bom para o país”, disse.

Anunciado pela presidenta Dilma Rousseff para o Ministério das Comunicações, em 29 de novembro, Berzoini assumiu o cargo em solenidade reali-

zada em Brasília. Ele foi empossado na quinta-feira (1º), durante evento no Palácio do Planalto, e ocupa o lugar do ex-ministro Paulo Bernardo.

Para Berzoini, a liberdade de imprensa tem papel fundamental na garantia da democracia brasileira. “Democracia não é só votar. Democracia é também o direito de se comunicar e, principalmente, o direito de construir um conjunto de ideias e poder transmiti-lo livremente”, disse.

Berzoini explicou que a regulação da mídia não comprometerá a liberdade

de expressão, garantida pela Constituição Federal. Além disso, o ministro lembrou que a regulamentação do projeto deverá ser feita pelo Congresso Nacional.

“Quem regulamenta é o Congresso Nacional. O Poder Executivo pode, no máximo, apresentar suas propostas, mas pode também fomentar a discussão e fazer com que as pessoas compreendam de maneira bastante clara o que já está na Constituição e o que é necessário para que se tornem esses direitos constitucionais efetivos”, afirmou.

ARTIGO

# Feliz 2016!

**Sacrifícios sem "solavancos", dizem, mas será, com certeza, um período difícil, apesar de ninguém reconhecer ainda uma crise aguda na economia.**

VILSON ANTONIO ROMERO\*

**2**015 será nosso Rubicão! Como em janeiro de 49 a.C., o general e estadista romano Caio Júlio César tomou uma decisão crucial: atravessar o Rubicão, nós, brasileiros, neste ano e talvez no próximo, teremos de "apertar o cinto", poupar, como sinônimo de "pensar grande", ultrapassar fronteiras. O que significa que teremos à frente, como já alardeado, um caminho difícil e desconfortável. De arrocho e ajuste!



O navio está fazendo água! O iceberg do desgoverno, do clientelismo, do descontrole e da corrupção atingiu em cheio o casco do transatlântico Brasil. Para a operação de resgate foi chamado um engenheiro naval. Como o conserto urge, a equipe do engenheiro ameaça promover um ajuste "firme e rápido" na economia, evitando adiar decisões e buscando se antecipar a problemas.

Na contramão do controle das contas públicas, o Parlamento deu um excepcional mau exemplo, brindando as cúpulas dos Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) com aumentos que superam os 30%, a um custo de bilhões ao ano, com repercussão em cascata nos estados. E o povo, ó! Quem vai pagar a conta? Nós, é óbvio!

Quanto ao programa de ajustes ainda em especulação pela nova equipe econômica, devemos ter algo como o que ensinava o pensador e historiador florentino Nicolò di Bernardo dei Machiavelli em sua cantada e recantada obra "O Príncipe". Maquiavel (portuguesando o nome) deixa claro que o mal deve ser feito de uma única vez, e o bem deve ser feito aos poucos. Afinal, a população tem comprovada memória curta, curando rapidamente as feridas do mal sofrido, mas lembrando do bem que continuaria sendo feito (em doses homeopáticas).

Num cenário atual da economia, com inflação alta, crescimento fraco e dificuldades de caixa, a ordem será preservar a geração de emprego, sem intervencionismo, trabalhando com tarifas realistas, evitando usar recursos públicos para impedir reajustes. Sinaliza-se que será deixada de lado a "contabilidade criativa", com manobras fiscais para adiar pagamentos, que põe por terra a credibilidade da política fiscal do governo.

Sacrifícios sem "solavancos", dizem, mas será, com certeza, um período difícil, apesar de ninguém reconhecer ainda uma crise aguda na economia. Apesar de fraco, o PIB brasileiro pode voltar a crescer. Na fórmula, aumento de receita e corte de despesas, da ordem de R\$ 50 bilhões em 2015. Prenuncia-se também a volta da cobrança da Cide (contribuição para regular preços de combustíveis), aumento da alíquota de PIS/Cofins sobre importados e mudança na tributação de cosméticos. Além de um contingenciamento no Orçamento da União de 2015, que pode superar os R\$ 50 bilhões.

Com tudo isto, só nos resta desejar um feliz 2016, pois 2015 não será fácil!

(\*) Jornalista e auditor-fiscal

## NO CONGRESSO

# Mudança em benefícios será principal batalha do governo

Oposicionistas esperam conseguir apoio de parlamentares da base aliada para derrubar MPs

Foto: Marcos Santos/USP Imagens/Fotos Públicas



As medidas provisórias que terão de ser aprovadas pelo Congresso Nacional

**C**om menos de 24 horas após terem sido anunciadas, as medidas do Executivo tornando mais rígidas as regras para concessão de cinco benefícios trabalhistas e previdenciários já movimentaram parlamentares da oposição, da base aliada e representantes de centrais sindicais. A oposição deixou claro que pretende contar com o apoio de deputados e senadores governistas que se destacam na atuação em defesa destes temas, para derrubá-las no Congresso. Líderes da base reagiram a favor dos ajustes, mas o tom acalorado da repercussão sobre a mudança mostra que a presidente Dilma Rousseff assumirá seu novo governo com mais uma batalha difícil a ser travada com o Legislativo.

**Avaliação e emendas** - Entre os parlamentares, a principal posição reticente por parte da base aliada partiu do senador Paulo Paim (PT-RS). Paim afirmou, em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, que apesar de só vir a ter condições de se manifestar contrário ou favorável depois de estudar o impacto das medidas, está preocupado com a possibilidade dos trabalhadores virem a ter prejuízos. Por isso, caso considere que os direitos estão sendo ameaçados, apresentará emendas às medidas provisórias. "Se não forem acatadas, não tenho como votar a favor", enfatizou.

Para o ministro Aloizio Mercadante, a mudança foi providenciada como forma de corrigir a distorção gerada pela entrada de jovens no mercado de trabalho, uma vez que é conhecida a rotatividade destes trabalhadores iniciantes. Por conta disso, são observadas, hoje, grandes distorções. Dados do Ministério do Trabalho mostram que 74% do valor do abono salarial e do seguro-desemprego terminam destinados para quem está entrando no mercado - justamente quem é mais jovem e demonstra maior disposição para mudar de ocupação.

**'Sem impactos'** - O ex-líder do PT na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), rebateu as queixas dos oposicionistas. Guimarães salientou que as medidas são necessárias para segurar a economia. "Não vão impactar no emprego e na renda. O governo não está tirando direito de ninguém e sim, morali-

zando a concessão destes benefícios que são alvo de muitas fraudes", frisou.

De acordo com o anúncio, os ajustes consistem em regras mais rígidas para o cadastramento dos beneficiários no abono salarial, seguro-desemprego, seguro-desemprego do pescador artesanal (seguro defeso), pensão por morte e auxílio-doença. No caso do abono salarial, por exemplo, que é pago ao trabalhador que recebeu até dois salários mínimos no ano base, a carência atual para que ele receba, que hoje é de um mês no trabalho, passará a ser de seis meses e esse pagamento passará a ser proporcional ao tempo trabalhado no ano, como ocorre com o 13º salário.

Já em relação ao pagamento do seguro-desemprego, o período de carência será ampliado de seis meses para 18 meses na primeira solicitação e para 12 meses na segunda solicitação, ficando mantido em seis meses na terceira. No tocante ao seguro-defeso, as medidas preveem a vedação ao acúmulo de benefícios assistenciais e previdenciários de natureza continuada com este benefício, a inclusão de um período de carência de três anos a partir do registro do pescador e a comercialização da produção ou recolhimento previdenciário pelo período mínimo de 12 meses ou período entre defesos (período de paralisação da pesca para garantir a preservação das espécies).

**Carência maior** - Para a concessão de pensão por morte, passará a ser

exigida carência de 24 meses de contribuição para direito à pensão para o cônjuge. E, também, tempo mínimo de casamento ou união estável de 24 meses. Passará a vigorar, para este benefício, uma nova regra de cálculo, que ficará da seguinte forma: mudará de 100% do salário de benefício hoje para 50% + 10% por dependente, até o percentual de 100%. Além disso, quem for condenado por matar o segurado (crime doloso), ficará sem direito a pleitear o benefício.

As novas regras também porão fim ao chamado benefício vitalício da pensão por morte para cônjuges jovens. Terão direito a pensão vitalícia apenas quem possua até 35 anos de expectativa de vida (pessoas com 44 anos de idade ou mais). A partir desse limite o benefício será avaliado de acordo com a idade do segurado. Quem tiver entre 39 a 43 anos de idade, por exemplo, receberá a pensão por um período de 15 anos e não por toda a vida. Quem tiver 21 anos ou menos, receberá por apenas três anos.

No auxílio-doença, haverá um teto equivalente à média das últimas 12 contribuições. O governo também estabeleceu que empresas que possuem convênios para realização serviços médicos sob supervisão do INSS possam fazer a perícia. Todas as alterações anunciadas serão encaminhadas ao Congresso Nacional por meio de duas medidas provisórias e terão de ser aprovadas pelo Legislativo dentro de 120 dias. (com Rede Brasil Atual)

## Expediente



Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poção. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT

Telefone: (65) 3023-9338 - email: sindsepmt@gmail.com

Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT

E-mail: mhashi104@yahoo.com.br

Editoração eletrônica: Oficina A-104

**DIRETORIA EXECUTIVA:** CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA - PRESIDENTE - FUNASA; ROOSEVEL MOTTA - VICE-PRESIDENTE - INCRA; DAMÁSIO DE SOUZA PEREIRA - 1º SEC GERAL - CGU; BENEDITO MARINS DE ANDRADE - 2º SEC GERAL - MIN.SAÚDE; GILDÁSIO FERREIRA GOMES - 1º SEC DE FINANÇA - SRTE; LENITA DE FIGUEREDO - 2º SEC. DE FINANÇA - FUNASA; ENILDO GOMES - 1º SEC. DE ADM - FUNAI; FRANCISCO ROBERTO DIAS NETO - 2º SEC. DE ADM. - INCRA; ZILMA APARECIDA GONÇALVES - 1º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD. - MIN.SAÚDE; JOSENICE AUXILIADORA TAVARES SIQUEIRA - 2º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD - MAPA; MARINÉZIO SOARES DE MAGALHAES - 1º SEC. DE FORM. E POL. SIND - FAZENDA; LURDES FERNANDES ROSA - 2º SEC. DE FORM. E POL. SIND - FUNASA; BENEDITO ASSIS DA SILVA - 1º SEC. INTERIOR - SVS/CÁCERES; IDIVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA - 2º SEC. INTERIOR - PRF; JOAO DAVID - 1º SEC. DE IMP. E COM. - MIN.SAÚDE; FRANCISCO LOPES FILHO - 2º SEC. DE IMP. E COM. - FUNASA; IZABEL SANTANA DA SILVA - 1º SEC. APÓS. E PENSION. - TRANSPORTE; ZELAIRDES RODRIGUES LEITE - 2º SEC. APÓS. E PENSION. - FUNAI; JOÃO DE DEUS DA SILVA FILHO - 1º SEC. SAÚDE DO TRAB. - SVS/SINOP; ADÉLIO DA SILVA JÚNIOR - 2º SEC. SAÚDE DO TRAB. - MIN.SAÚDE; JOACIRA S. RODRIGUES DE ALMEIDA - 1º SEC. ANIST. E DEDITIDOS - CONAB; JACKSON FERREIRA DA SILVA - 2º SEC. ANIST. E DEDITIDOS - INCRA; ELIETE DOMINGOS DA COSTA - 1º SEC. DE CULTURA - SRTE; HERONILDES FRANCISCO VIEIRA - 2º SEC. DE CULTURA - 9º BEC  
**SUPLENTE DE DIREÇÃO:** MANOEL MARTINS - MIN.SAÚDE; JOSÉ MARIA DILVA E ARRUDA - MIN.SAÚDE; PEDRO PAULO LOPES - MIN.SAÚDE; CELSO ALFREDO SIMON - MIN.SAÚDE; ADERBAL CASTRO QUEIROZ - 9º BEC; NELSO FORTUNATO OJEDA - MAPA  
**CONSELHO FISCAL/TITULAR:** VERACY TIZZIANI - MIN.SAÚDE; IDIO NEMÉZIO DE BARROS NETO - FUNASA; ILCA MARIA PINTO - CONAB  
**SUPLENTE DE CONSELHO FISCAL:** GEOVANO SANTOS MOREIRA - MIN.SAÚDE; MOACIR MÓDULO - MIN.SAÚDE; BENEDITO MARTINS DE OLIVEIRA - MIN.SAÚDE

A UNIÃO FAZ A FORÇA

# Depois do ACT/2014, funcionários da Ebserh iniciam processo de filiações

O principal objetivo agora é intensificar o processo de filiação da categoria em todos os estados e fortalecer os avanços dos trabalhadores

O ano de 2014 foi muito importante para os Servidores Públicos Federais, em especial aos novos empregados celetistas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEERH de Mato Grosso. Em dezembro o Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) iniciou o trabalho de filiações à entidade. Isso, porque em novembro do mesmo ano foi assinado o primeiro Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) com a empresa estatal, que garante reajuste e estipula data base para mais de 8 mil trabalhadores da empresa. O acordo passa a vigorar a partir de 1º de março de 2015, com validade até 28 de fevereiro de 2016, assinado pelos representantes da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) e a EBSEERH, garantindo o reajuste de 6,15% na tabela salarial e nos benefícios dos trabalhadores lotados em cerca de 18 estados brasileiros.

Para o presidente do Sindsep-MT, a filiação dos empregados representa uma importância muito grande no sindicalismo bem como no cenário de democratização do trabalho. "É mais uma prova de que os trabalhadores estão cada vez mais envolvidos na reforma do modelo de gestão política do país. Isso é muito importante para nós, sindicalistas, pois essas filiações representam o aumento das nossas forças e, ainda, o

Mário Hashimoto



Carlos Alberto de Almeida: essas filiações representam o aumento da força sindical

reconhecimento da política que o Sindicato tem implantado na busca por companheiros de lutas. Continuaremos apoiando os trabalhadores da EBSEERH como apoiamos todos os nossos filiados, para juntos conquistarmos ainda mais", ressaltou.

**ACT 2015/2016** - Ainda em dezembro a Confederação realizou uma Assembleia Nacional com os emprega-

dos da estatal e aprovaram a Pauta de Reivindicação Unificada para o ACT do período de 2015/2016, que requer reajuste e benefícios como: revisão do planos de carreiras, cargos e salários, criação de cargos de chefia, adicional por titulação dos empregados, banco de horas e jornada de trabalho, reajuste salarial, adicional noturno, horas extraordinárias, auxílios doença, bioló-

gico, natalidade pré-escolar/creche, funeral/seguro de vida, alimentação, sobreaviso, dispensa do aviso prévio, licenças e afastamentos temporários, incidência de férias e 13º, aprimoramento profissional, proteção às gestantes, licença para adoção, previdência complementar, cumprimento da NR4, participação dos empregados no Conselho de Administração da EBSEERH e liberação para atividades Sindicais.

A Confederação entende que é importante manter um canal de comunicação aberto entre empresa e empregados, com objetivos e estratégias que fortaleçam a democratização no trabalho nas regiões do país onde existem hospitais universitários, proporcionando condições de trabalho dignas, com desenvolvimento profissional e atendimento de qualidade à população, por meio do Sistema Único de Saúde.

O principal objetivo agora é intensificar o processo de filiação da categoria em todos os estados e fortalecer os avanços dos trabalhadores nos próximos ACT's. A categoria deve continuar firme, se organizando e discutindo suas reivindicações com as filiadas para que nas próximas negociações os acordos sejam cumpridos. A Condsef e entidades continuarão apoiando os trabalhadores da EBSEERH e convoca todos os que fazem parte do quadro das entidades representativas a se unir em busca de melhorias no setor público.

## “Sindsprev-MT quer lesar servidores públicos”

Servidores do Ministério da Saúde, Trabalho, INSS e Funasa estão à beira de um ataques de nervos. Um ofício da Secretaria de Gestão Pública, vinculada ao Ministério do Planejamento foi protocolado nessas entidades pedindo aos dirigentes de Recursos Humanos a retenção e o repasse do valor correspondente à contribuição sindical, seguindo a sentença do TRF 1ª Região, tendo como impetrante o Sindicato dos Trabalhadores da Saúde e Previdência Social de Mato Grosso (Sindsprev-MT) atualmente dirigida por Cleones Celestino Batista, mais conhecido por “Ferrinho”. A decisão não abrange os inativos, uma vez que os mesmos não mais integram a categoria funcional pela inexistência de vínculo com os órgãos da administração pública federal.

A contribuição sindical terá que ser recolhida de uma só vez, correspondente à remuneração de um dia de trabalho e passem, os valores referentes são retroativos, de 2011 até 2014, isto é, 4 dias de jornada diária normal. Para alguns servidores, este montante pode atingir mais de R\$ 1.000, desfalcando a folha salarial do já sofrido funcionário,

espoliado pelo governo federal.

Para o advogado João Batista dos Anjos, assessor jurídico do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Mato Grosso (Sindsep-MT), isso é uma afronta, já que o Sindsprev-MT induziu em erro o juiz federal João Luiz de Souza, titular da 15ª Vara Cível, pois o sindicato dirigido por Ferrinho, não tem legitimidade para reivindicar o imposto, de acordo com a Carta Sindical onde consta no Cadastro Ativo da Secretaria de Relações de Trabalho representando a categoria dos "Trabalhadores em Saúde Pública e Previdência", nada relacionado aos Funcionários Públicos Federais.

João Batista se baseia no ofício da Superintendência Regional do Trabalho de Mato Grosso, datado de 11 de dezembro de 2014, no qual informa que “não há representatividade deste sindicato (Sindsprev-MT) no que diz respeito à categoria dos Funcionários Públicos



Para João Batista, o Sindsprev não tem legitimidade para representação e só quer lesar servidor público

Federais”, advertindo ser da competência do Sindsep-MT, pois este abrange os “Servidores Públicos Federais da Administração Direta e Indireta, das Empresas Públicas, Autarquias, Estatais e Fundações”.

Segundo o advogado, o objetivo do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência Social de Mato Grosso e seu presidente, Cleones Celestino Batista, é lesar o servidor público federal, pois visa somente a arrecadação das contribuições social e sindical, que serve

para praticar o nepotismo na entidade sindical e enriquecimento sem causa, já que a entidade não defende e não tem legitimidade para representação.

Declara ainda João Batista, que a família Ferrinho se mantém na administração do Sindsprev-MT há anos, através de falcaturas e indução em erro o Poder Judiciário, estando sub judice a última eleição da entidade, inclusive, não existindo a prestação anual dos valores arrecadados pela entidade, pois o mesmo não convoca assembleias em Cuiabá e muito menos nos órgãos, para apresentação e discussão da sua gestão.

Por fim, o assessor jurídico do Sindsep-MT anuncia que os servidores públicos federais que se sentirem lesados, devem pleitear a devolução dos valores recolhidos a título de contribuição social ou sindical, dos últimos 5 anos, em favor do Sindsprev-MT, embasado nas informações da SRTE/MT, que anuncia categoricamente que esta entidade não representa os servidores públicos federais. Vale lembrar ainda, que brigar pelo imposto sindical não é função de um sindicato, mas sim lutar em favor da categoria.

